



XIX ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR  
Blumenau - SC - Brasil

---

A UTOPIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL PELA LUZ QUE IRRADIA DA  
PARTICIPAÇÃO POPULAR: ABORDAGENS LATINO-AMERICANAS DE PLANEJAMENTO  
URBANO

**Ariel Pereira da Silva Oliveira** (Universidad Nacional de La Plata (UNLP)) - aripso543@gmail.com  
*Graduado e mestre em Geografia pela UEL, e estudante de doutorado em Geografia pela UNLP.*

**Ideni Terezinha Antonello** (Universidade Estadual de Londrina (UEL)) - antonello@uel.br  
*Professora associada dos Cursos de Graduação e Pós-graduação de Geografia da UEL.*

## A UTOPIA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIOTERRITORIAL PELA LUZ QUE IRRADIA DA PARTICIPAÇÃO POPULAR: ABORDAGENS LATINO-AMERICANAS DE PLANEJAMENTO URBANO

**Resumo:** O debate acerca da importância da participação popular na implementação de políticas de planejamento urbano se consolidou como um tema recorrente na literatura graças a sua relevância para pensarmos estratégias de superar os limites impostos por um modelo de planejamento tecnocrata e determinista físico-territorial. O escopo deste artigo é discutir a proposta metodológica, voltadas ao planejamento, construída a partir de reflexões de quatro autores latino-americanos Fals Borda (1981), Matus (2006), Souza (2006) e Bozzano (2020), que tem como elo a defesa da participação popular. A metodologia utilizada foi o levantamento do referencial teórico-metodológico sobre a temática e análise dele. Conclui-se que utopia de transformação socioterritorial visando o direto à cidade, pode-se sedimentar mediante a força que advém da participação popular, para tanto é necessário repensar a formas de elaboração de planejamento urbano, neste sentido sobressai as perspectivas de planejamento urbano alicerçada na defesa da participação popular foco desta análise.

**Palavras-chave:** Participação popular; abordagens de planejamento, democratização do planejamento.

### INTRODUÇÃO

*“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”* Eduardo Galeano<sup>1</sup> (1994)

O espaço é uma dimensão complexa e multifacetada, marcada por relações de poder oriundas de diferentes atores sociais com interesses divergentes com relação ao planejamento e organização espacial. Sendo assim, as estratégias de planejamento e os diferentes pressupostos teórico-metodológicos que as sustentam detonam diferentes possibilidades de intervenção. Esses pressupostos direcionam as diretrizes do ordenamento do território que podem caminhar em sentido contrário uma utopia existencial voltada para o interesse coletivo e se distanciar do direito à cidade, mas como diz Galeano (1994) “Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”, nessa perspectiva que ganha força um planejamento participativo para não se deixar de lutar, de caminhar em prol das transformações socioterritoriais visando uma cidade inclusiva.

Apesar de o Brasil contar com legislações avançadas como a Lei n. 10.257 de 2001, conhecida como Estatuto da Cidade, que estabelece critérios e ferramentas para assegurar o direito à cidade via cumprimento da função social da cidade e da propriedade privada, devemos pensar que os caminhos que

---

<sup>1</sup> Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano in: GALEANO, E. **Las palabras andantes?** Siglo XXI, 1994.

envolvem o desenvolvimento de uma política de planejamento são muito diversificados, e frente os interesses individuais dos atores envolvidos é possível encontrar brechas para subverter os pressupostos legais.

Portanto, refletir sobre planejamento e a gestão urbanos é um processo constante e envolver a população neste debate é essencial, para demonstrar os seus direitos e o poder que possuem de intervir nos rumos da cidade que vivem. Para lograr este cenário diversos pesquisadores propuseram caminhos para munir planejadores e interessados no tema de um sólido e rico arcabouço teórico e metodológico. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é trazer à luz do debate as potencialidades de propostas metodológicas de planejamento urbano, no entanto, daremos protagonismo aquelas que foram construídas a partir da realidade latino-americana.

Tal qual aponta Souza (2006b) em vez de restringir nossos esforços a uma crítica ao planejamento é mais profícuo pensarmos em um planejamento crítico, considerando todos os aspectos que envolvem a dinâmica espacial e que foram deixados de lado pelo planejamento tradicional, tecnocrata e determinista. Desse modo, este trabalho se justifica, portanto, pela necessidade de refletirmos e termos clareza sobre os alicerces teóricos, ideológicos e políticos que sustentam a metodologia eleita por pesquisadores/planejadores no momento de intervir na realidade via desenvolvimento de um plano de planejamento e gestão do território. Nesse sentido, o procedimento metodológico adotado foi o levantamento do referencial teórico-metodológico sobre a temática da investigação, a discussão e a análise do mesmo.

Na primeira parte discutiremos a **Investigação-Ação-participativa (IAP)** proposta por **Orlando Fals Borda** (1981), que vem sendo empregada em pesquisa científica acadêmica, bem como em intervenções de movimentos sociais junto às comunidades, em ambos os casos com excelentes resultados. A potencialidade desta perspectiva junto ao planejamento, sobretudo aquele que defende a participação popular, ganha relevo pelo fato dela valorizar o saber popular e colocar o povo em pé de igualdade com aqueles que são considerados detentores do conhecimento competente, além disso, a pesquisa ação defende o empoderamento das comunidades, para que a partir da autogestão possam transformar suas realidades.

Na segunda se dará a vez para o **Planejamento Estratégico Situacional (PES)** proposto pelo intelectual chileno **Carlos Matus**, proposta nos mune de um corpo teórico, metodológico e prático muito sólido, sistemático e rigoroso que se fortaleceu com o tempo, sobretudo frente à confrontação com a prática e crítica teórica. Ele deixa claro que apesar de o foco central desta perspectiva ser os problemas de ordem pública, o método também se aplica a qualquer outra realidade marcada pelo jogo social, político e econômico (MATUS, 2006).

A terceira abordagem tem como foco a proposta do geógrafo brasileiro **Marcelo Lopes de Souza** (2006a,2006b) que defende proposta de um **planejamento pautado na autonomia**, mediante um projeto de autonomia assentado nas elucubrações de Cornelius Castoriadis, que tem como pressuposto o desenvolvimento de uma sociedade autônoma, capaz de se autogerir, na luta pela conquista da autonomia individual e coletiva, o que expressa a preocupação como a autonomia no plano externo e interno, na busca

reconhecimento da alteridade, pela valorização do espaço social, visto que a finalidade do planejamento e gestão urbanos é “[...] o desenvolvimento urbano, ou a mudança social positiva da e na cidade - com as reflexões a respeito do desenvolvimento social” (SOUZA, 2006b, p.40, grifo do autor).

Na última parte será apresentado o **método Territorii** criado pelo geógrafo argentino **Horacio Bozzano** e amplamente utilizado, sobretudo por pesquisadores de La Plata, demonstrando sua eficiência a partir de trabalhos como os que foram compilados na obra “*Transformar diálogos de saberes en diálogos de haceres: ciencia, comunidad y políticas públicas*”<sup>2</sup>. Conforme se verá, não se trata de uma metodologia, mas de um método baseado na categoria território, abarcando a complexidade inerente aos fenômenos, processos, e escalas espaciotemporais, importantes para o processo de planejamento.

### A INVESTIGAÇÃO-AÇÃO-PARTICIPATIVA DE ORLANDO FALS BORDA

Entender a potencialidade da Investigação-Ação-Participativa (IAP) de Fals Borda (1981) aplicada ao planejamento envolve entender o que o autor pensava sobre a ciência e o lugar que o saber popular ocupa. Para ele, a ciência é produto do intelecto humano, que visa dar resposta às necessidades concretas da coletividade. O fazer científico envolve regras, métodos e técnicas que obedecem às convenções estabelecidas por uma comunidade minoritária de pessoas, consideradas detentoras do saber competente e que definem o que é aceito como racional, bem como o que é ou não científico. Essa postura contribui para a manutenção do *status quo* político e econômico que de forma direta e indireta ajuda manter o sistema capitalista dominante (FALS BORDA, 1981, 2015).

Esse modo de fazer ciência não se restringe a ela, influenciou as chamadas ciências aplicadas e campos específicos como o planejamento urbano que sob a égide do mesmo positivismo que atua sobre a produção acadêmica desconsidera o conhecimento que não seja especializado e oriundo de um profissional considerado detentor do saber competente.

A ciência tal qual se apresenta constitui um aparato para os interesses da burguesia e nas sociedades ocidentais, busca reprimir e limitar outras construções intelectuais como as que respondem aos interesses da classe dominante. Quando se analisa a história da ciência se observa que ela está atrelada aos interesses das classes dominantes de certos períodos históricos. Nesse processo o saber popular acaba sendo reprimido pela ciência que o classifica como irracional por não seguir seus métodos. No entanto, o saber popular integra o que se chama de “ciência emergente” ou “ciência subversiva” que parte do senso comum e é transmitido de geração para geração, esse conhecimento se faz presente entre a população que está na base da sociedade e é por meio dele que essas pessoas criam, trabalham e interpretam o mundo que vivem, cabe a ciência reconhecer esse saber a vinculado ao espaço vivido, nas palavras Fals Borda:

---

<sup>2</sup> BOZZANO Horacio; CANEVARI, Tomás (organização). **Transformar diálogos de saberes en diálogos de haceres: ciencia, comunidad y políticas públicas**. 1. ed. La Plata: EDULP, 2020. Disponível em: < <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/107397> >

Quizá de estos empeños resulte no sólo una ciencia social más respetable, firme y propia nuestra, con una más clara definición de la crisis latinoamericana, sino también una política eficaz de cambio que lleve a una sociedad superior a la existente. Tal es la responsabilidad de los hombres de ciencia, y tal el engagement que adquirimos ante el mundo y ante la historia (FALS BORDA, 2015, p. 252).

O saber popular não está subjugado pelo dominante, pois possui sua própria racionalidade e estrutura de causalidade. O conhecimento popular é muitas vezes vítima de pesquisadores sem ética que se apropriam desses conhecimentos, os reformulam e apresentam como se fossem novas descobertas, nem dar os devidos créditos. Isso tudo leva a reconhecer que a ciência, apesar de evocar a neutralidade, possui uma dimensão ideológica e política muito bem delimitada, pois a produção de conhecimento está ligada a uma base social (FALS BORDA, 1981).

Por conta do que foi exposto, o autor considera importante debater as ciências emergentes a partir do mapeamento e valorização das demandas nas grandes minorias que trabalham, produzem e são exploradas pelo sistema vigente. Para ele é fundamental a aproximação com as bases para buscar formas de fortalecê-los, valorizando seus conhecimentos, ou seja, mantendo sua identidade (FALS BORDA, 1981).

É na valorização do conhecimento popular e nas estratégias para recuperá-lo e envolver as camadas populares nos mais diferentes debates que se assenta a relevância da metodologia para o planejamento participativo, pois o contato direto com as populações que ocupam o espaço que será objeto do planejamento é importante para mapear e compreender suas demandas, bem como assegurar que tenham vez e voz nos espaços consultivos e deliberativos.

A metodologia de Fals Borda assume uma característica dialética e contínua, em que aquele que possui conhecimento acadêmico e especializado se coloca em pé de igualdade com a população dos mais diversos contextos sociais, o diálogo não é verticalizado e hierarquizado, mas sim horizontal, sendo que os saberes tradicionais são considerados. Assim, nos espaços de debate todos assumem o *status* de sujeitos.

Conforme o autor, para trabalhar com essa metodologia da IAP é preciso considerar os seguintes passos:

**A. diferencial de comunicação:** é preciso respeitar o nível de desenvolvimento político e educativo da comunidade com a qual se está trabalhando, atitudes simples como a confecção de materiais ilustrados com linguagem informal faz grande diferença. Além disso, é importante partir da realidade dessa população e buscar valorizar suas experiências, por conta disso é interessante inclusive materiais audiovisuais produzidos pelas pessoas da própria comunidade, para que eles se reconheçam e se sintam representados, gerando maior envolvimento (FALS BORDA, 1981).

Neste ponto é pertinente lembrar que para entender o método é preciso considerar o movimento de educação popular que se popularizou na América Latina sobretudo na década de 60 na figura de Paulo Freire, onde se subverte a educação bancária pautada na reprodução da ideologia dos grupos dominantes,

a proposta passa a ser uma educação construída junto, a partir e em prol do povo (UNIVERSIDAD PEDAGÓGICA NACIONAL, 2015)<sup>3</sup>.

Após esse período, por volta dos anos 1970 Fals Borda apresenta junto da educação popular a possibilidade de outra categoria de investigação, dessa vez na contramão de uma sociologia positivista, rompendo, por exemplo, a relação sujeito e objeto para a relação sujeito e sujeito, onde o pesquisador deixa e analisa os problemas do lado de fora, mas assume uma posição ativa e comprometida (UNIVERSIDAD PEDAGÓGICA NACIONAL, 2015).

**B. simplicidade da comunicação:** como visto anteriormente é preciso adaptar a linguagem à categoria de público que se almeja passar uma mensagem, o autor recomenda que em todos os passos do processo a linguagem seja simples e acessível para que todos compreendam (FALS BORDA, 1981).

Um exemplo da pertinência deste dos passos A (*diferencial de comunicação*) e B (*simplicidade da comunicação*) podem ser resgatados nas práticas freirianas de educação popular. Conforme afirma Mota Neto (2018) as reflexões de Paulo Freire e Fals Borda se encontram em diversos momentos, já que ambos integram um movimento de educação popular latino-americana crítica que defendem o comprometimento político com as classes populares e demais grupos oprimidos em prol de um projeto coletivo de sociedade que os inclua e respeite os saberes populares e ancestrais que essas pessoas trazem consigo, para elas conseguirem resistir frente às lógicas opressoras e construam uma sociedade livre, justa e solidária.

Neste projeto de sociedade onde há a valorização dos saberes das classes subalternas se posiciona o bem-sucedido método de alfabetização criado por Freire na década de 1960 que alfabetizou 300 cortadores de cana em apenas 45 dias. Nele o pedagogo resgata os conhecimentos trazidos pelos estudantes/trabalhadores e buscava adequar os conteúdos ao cotidiano dessa população, articulando-se aquele contexto sociopolítico.

No método freiriano o primeiro passo é o levantamento do universo vocabular do grupo para a seleção das palavras geradoras que serão utilizadas no processo de alfabetização, ou seja, em vez de utilizar as tradicionais cartilhas que privilegiavam a repetição e memorização de palavras ele trouxe o processo para interior da realidade do público alvo, gerando envolvimento, identificação e prática da aprendizagem de sala de aula, dado que sendo palavras recorrentes serão mais utilizadas e práticas, onde o conteúdo pode ser constantemente revisitado.

Esse método é um exemplo de preocupação com o público com o qual estamos nos comunicando, sendo importante em muitos casos simplificar e adaptar a linguagem e partir da realidade em que as pessoas estão inseridas. Segundo Mota Neto (2018, p. 8 — *grifos nossos*) “Orlando Fals Borda chamou de **hipótese de contexto** para a necessidade de adequação dos marcos de

---

<sup>3</sup> Em um vídeo no canal oficial da Universidade Pedagógica Nacional da Colômbia é possível encontrar fragmentos de diferentes entrevistas dadas por Orlando Fals Borda ao longo da vida, bem como os depoimentos de pesquisadores que aplicam o método IAP.

referência científicos aos contextos geográficos culturais e históricos concretos”. Assim:

Há uma série de convergências entre as duas concepções de pesquisa. Em primeiro lugar, ambas estão ligadas a uma intencionalidade transformadora. Não são apenas um recurso de “descoberta” da realidade, mas uma estratégia de leitura crítica do mundo e conscientização dos grupos oprimidos para a mudança social. Em segundo lugar, tanto a IAP quanto a pesquisa do universo temático (ou investigação dos temas geradores) superam a dicotomia sujeito-objeto, típica das pesquisas tradicionais. Em terceiro lugar, conseqüentemente, a investigação assume um caráter dialógico e participativo, sendo as classes populares protagonistas da investigação/educação/mudança social (MOTA NETO, 2018, p. 8).

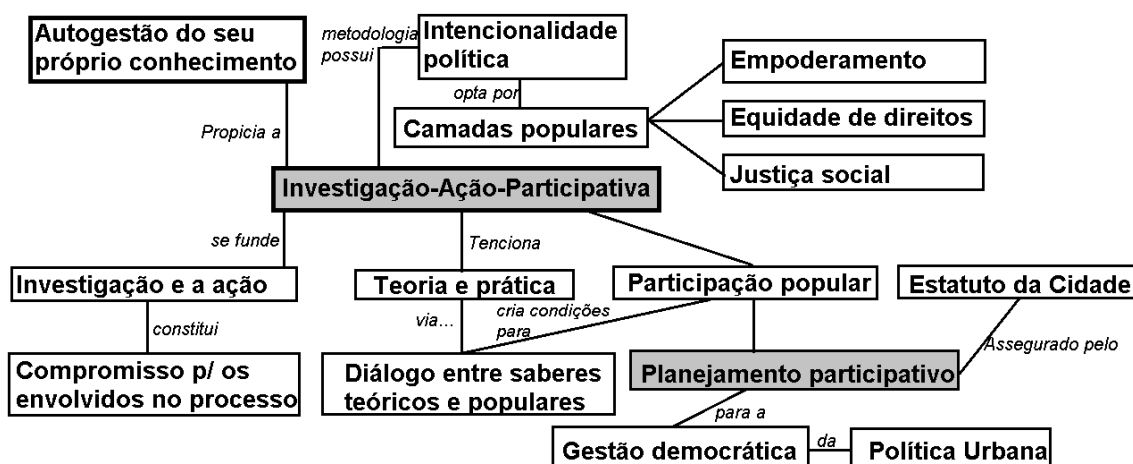
Este foi um exemplo da educação, mas o pensamento de Fals Borda e de outros intelectuais como Paulo Freire que defendem a aproximação com as camadas populares, a valorização de seu conhecimento de modo a empoderá-los, e transformá-los em sujeitos ativos, autônomos, críticos e atores sociais com vontade, capacidade e engajados na tarefa de transformar suas realidades também pode ser estendido a outros campos, dentre eles o planejamento e a gestão do espaço.

**C. Autogestão e controle e D. Vulgarização da técnica:** estes dois processos se encontram inter-relacionados e visam assegurar o empoderamento da comunidade a partir do asseguramento e estímulo à autogestão e auto investigação, isso é possível mediante a utilização de técnicas simples que permitam independência e autonomia para poderem, por si só, intervir na realidade e lutar contra a pobreza, desigualdade social e por seus interesses no caso do planejamento urbano (FALS BORDA, 1981).

A ideia de que o povo consegue produzir o próprio conhecimento é um dos pilares desta proposta, que segundo o Fals Borda não é uma simples coleção de técnicas, mas uma filosofia de vida do *sentipensante*, um conceito utilizado pelo autor para se referir aqueles que conseguem usar o coração e a cabeça, sem abdicar de nenhum; bem como aquele que consegue ter empatia pelo outro, não só simpatia, respeitando e admirando as diferenças. O pesquisador *sentipensante* não se coloca a frente do povo, mas a seu lado (UNIVERSIDAD PEDAGÓGICA NACIONAL, 2015).

No esquema da figura 1 é possível contemplar os principais pressupostos da metodologia IAP articulados com a participação popular no planejamento e gestão urbanos.

**Figura 1:** Articulação entre a metodologia IAP e o planejamento participativo



**Fonte:** (ORTIZ; BORJAS, 2008) (FALS BORDA, 1981) (ANTONELLO, 2013)

**Organizado por:** Os próprios autores (2021).

A metodologia IAP e o planejamento participativo se encontram no fomento e valorização da participação popular, entendida por Antonello (2013) como pressuposto para o planejamento e gestão democrática da política urbana, através de espaços como as audiências públicas, os cidadãos podem manifestar suas opiniões, apresentar propostas e assinalar soluções e alternativas. No entanto, para lograr sucesso nessa dinâmica é necessário criar condições para que se efetive a participação popular, sendo imprescindível um trabalho junto às camadas populares de modo que se empoderem, tenham consciência do poder que tem em mãos, que poderia ser feito a partir de um trabalho de formação participativa prévio, para que a população passe a dominar as técnicas de autogestão para se organizar e atuar na esfera política na defesa de seus interesses, via a participação direta na elaboração e aplicação das políticas públicas no caso desta análise nas de desenvolvimento urbano.

## O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO SITUACIONAL DE CARLOS MATUS

Matus adverte que ao planejar pode-se seguir diferentes caminhos, pelo menos quatro: (1) determinístico, (2) estocástico, (3) incerteza quantitativa e (4) incerteza dura.

Sendo o quarto o mais complexo, pois trata de casos reais, pois representa aspectos da vida, é nesse que o método PES se enquadra e é o melhor cenário para representar a realidade ao qual estamos inseridos. Nele o passado é algo terminado e o futuro aberto a muitas possibilidades e não podemos nem sequer imaginar todas, assim só podemos enumerar algumas (MATUS, 2006). Por exemplo, há um ano que poderia imaginar que o mundo enfrentaria essa pandemia? Em cada um desses modelos o planejador apresentará uma resposta, no caso do segue o sistema de incerteza dura (e o plano PES) tem consciência de que seu plano é uma aposta, que pode não se concretizar, por conta disso deve estar atento a realidade e adaptar sua estratégia conforme as eventualidades.

Na proposta de Carlos Matus o planejamento é concebido como uma aposta estratégica (e não de azar) de pensar e criar o futuro. O planejamento deve se fazer presente em todos os contextos sociais mesmo nos lugares mais



limitados economicamente, no entanto, resultados satisfatórios só são logrados quando: (1) se assume uma postura democrática e descentralizada, ou seja, em contramão a um planejamento tradicional e determinista, (2) se segue um método consistente que dê as ferramentas necessárias para avaliar as vantagens e desvantagens de cada ação presente no plano (MATUS, 2006).

Além de ser contrário a um planejamento determinista/tecnocrata também criticava ideias neoliberais que acreditam que o planejamento é desnecessário quando o mercado funciona bem, o autor nos lembra que além de ser equivocado restringir o planejamento a esfera econômica o mercado é limitado na resolução de problemas a médio e longo prazo, negligenciando questões como os impactos ambientais e demais problemas enfrentados pela população como a fome (MATUS, 2006).

Outrossim, acreditava que o neoliberalismo era uma “moda passageira” e com muitas limitações quando pensada a partir da América Latina. Matus era crítico à esquerda que menospreza muitas vezes as ciências, técnicas e o governo. Ele acreditava que a resistência de pessoas de diferentes espectros político-ideológicos ao planejamento pode ter relação ser motivada pelo fato de só conhecerem o **planejamento tradicional determinista** que apresenta tom autoritário, tecnocrático e forte influência determinista e positivista, em que o saber competente é representado pela figura do economista, fazendo com que as estratégias ignorem a esfera política e a participação popular de parte dos atores sociais que integram esse processo (MATUS, 2006).

Quanto a esses métodos tradicionais, vale lembrar que eles foram amplamente difundidos na América Latina, a partir dos anos 1950, pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e demais organismos multilaterais e desde então foram aplicados em diversas situações, mesmo quando não eram indicados; ademais, eles comumente apresentavam um conteúdo tecnocrático e determinístico, calcados nas seguintes premissas:

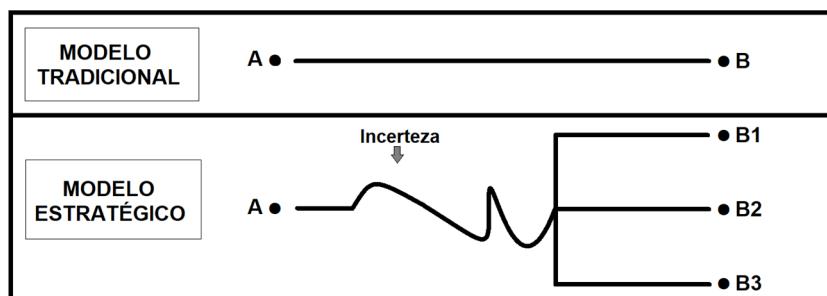
a) o futuro é projetado a partir de um diagnóstico do passado: o plano assume implicitamente que a trajetória passada se repetirá no futuro, com poucas mudanças: b) o objeto do plano é estático: pressupõe-se que quem elabora o plano tem todos os poderes para atuar sobre o objeto do plano, o qual é considerado passivo: c) há uma separação entre a equipe de planejamento e a de execução, no momento da ação, o plano acaba sendo esquecido ou abandonado, porque não oferece orientações seguras ou fica desatualizado logo no início da ação e o dirigente passa para as inevitáveis improvisações (IIDA, 1993, p. 114).

Carlos Matus entendia que as ações governamentais balizadas por uma práxis vertical, na qual o planejador busca se afastar e observar a realidade do lado de fora, faz com que estabeleça uma relação fria entre o sujeito observador e o observado, determinista em sua essência por conceber a sociedade como um objeto sem atores (GONÇALVES, 2005). Em entrevista, Matus reforça esse limite do planejamento tradicional, quando diz que: “As receitas precisas são letais em um mundo nebuloso, impreciso e incerto, porque se baseiam em uma amputação da realidade” (MATUS, 2006, p. 28).

Em contraponto a essa abordagem, Matus propõe o PES, um método que privilegia a práxis horizontal por estar pautado no jogo social<sup>4</sup>, com potencialidade de propiciar respostas imediatas às adversidades. O jogo social demonstra a possibilidade de se pensar a realidade não como uma ordem predeterminada, mas sim uma dimensão repleta de conflitos, onde o planejamento deve considerar tanto os atores sociais hegemônicos quanto às estratégias de contra-hegemônicas de permanência e resistência, marcadas por uma práxis territorial onde se manifestam relações de conflito, solidariedade, alianças, dentre outros.

No método PES a realidade é ativamente acompanhada para que ao localizar eventuais mudanças o planejamento seja imediatamente reelaborado, reforçando seu caráter flexível, na figura 2 se observa que no modelo tradicional se define um único caminho, seu caráter determinístico concebe somente o estado inicial e o objetivo desejado, já no modelo estratégico o resultado pode diferir do que foi inicialmente planejado, pois ele é influenciado por eventuais “acidentes” de percurso, as incertezas (IIDA, 1993).

**Figura 2:** Diferenças entre os modelos tradicional e estratégico.



**Fonte:** (IIDA, 1993, p. 117).

Há incertezas com maiores e menores probabilidades de acontecer, quando as de baixa probabilidade ocorrem e provocam grandes impactos a denominamos “surpresas”. No quadro 1, observam-se outras diferenças entre o planejamento tradicional e o PES, enquanto o tradicional é normativo, prescritivo e genérico, o PES é complexo e elaborado a partir da constituição de uma cadeia de jogadas que responde às circunstâncias situacionais.

**Quadro 1:** Diferenças entre o plano tradicional e o estratégico situacional.

Fator	Plano tradicional	PES
1. Objeto do plano	Passivo	Ativo e complexo

<sup>4</sup> Entendendo o jogo social como a arena onde ocorre a prática política e se exercita o governo, constata-se que ele se apresenta como um meio conflitivo, competitivo e/ou cooperativo. A perspectiva proposta pretende enfatizar a relação entre sujeitos e os problemas da interação social; a legitimação das incertezas, da subjetividade e da criatividade; a explicação da realidade a partir da observação dos vários atores participantes do jogo; a substituição do conceito de diagnóstico pelo conceito de análise situacional, a identificação de problemas sociais, que são sempre “quase-estruturados”, ou seja, relativos a um jogador, podendo, ao mesmo tempo, representar uma ameaça para alguns atores e, por outro lado, uma oportunidade para outros (GONÇALVES, 2005, p. 101-102).

<b>2. Explicação da realidade</b>	Baseada em diagnósticos	Apreciação situacional
<b>3. Concepção do plano</b>	Normativo – prescritivo	Jogadas sucessivas
<b>4. Análise estratégica</b>	Consultas a especialistas	Análise da viabilidade
<b>5. Fatores</b>	Genéricos	Específico
<b>6. Operação</b>	Ação separada do plano	Mediação entre o plano e a ação

**Fonte:** (IIDA, 1993, p. 115).

Conforme Matus, o contraste entre abordagem tradicional e o PES pode ser sintetizado em quatro: (1) a forma como explica a realidade; (2) a maneira como o plano é concebido; (3) como viabiliza o plano; (4) atuação cotidiana (MATUS, 2006). A figura 3 apresenta os contrastes entre ambas as abordagens de planejamento, observa-se que enquanto o planejamento tradicional é unidimensional (apenas recursos econômicos) no PES é multidimensional (envolvendo o político o econômico, cognitivo etc.), além disso, não é determinista ao possibilitar que se trabalhe com as incertezas.

**Figura 3:** Contrastes da planificação tradicional com a PES

PLANIFICAÇÃO TRADICIONAL	PROBLEMAS BÁSICOS		PLANIFICAÇÃO ESTRATÉGICA
1. Unidimensional (apenas recursos econômicos)	1. Como explicar	2. Como esboçar o futuro	1. Multidimensional (político, econômico, cognitivo etc.)
2. Determinística A → B	Diagnóstico versus Explicação Situacional	Asserção versus Aposta	2. Incerteza dura A → <sup>β</sup> B
3. Sem contexto (circunstâncias implícitas)	J1	J2	3. Contexto explícito Parcialmente enumerável (B = a,b...?)
4. Sem atores sociais (um governante e um sistema governado)	J3	Mesa de Jogo	4. Atores sociais em um jogo
5. Proposta de ação ao político com anúncio de resultados precisos	J4	3. Como calcular o possível	5. Vários planos com resultados variáveis segundo as circunstâncias
6. O escritório de planificação planifica	Consulta Política versus Análise Estratégica	Conselho Técnico versus Cálculo Situacional	6. Quem governa planifica
		4. O que fazer hoje	

**Fonte:** (MATUS, 1991, p. 32).

O PES pode ser dividido em quatro momentos interrelacionados, ou seja, ao terminar um momento se avança para outro, mas a qualquer momento os anteriores podem ser retomados. O primeiro é o **Momento Explicativo**, realiza-se uma lista de problemas, utiliza-se o Fluxograma Situacional para a explicação sistêmica dos mesmos, e selecionam-se os nós críticos, essa parte nunca

termina, pois, necessita de constantes atualizações devido às mudanças que podem acontecer (MATUS, 2006).

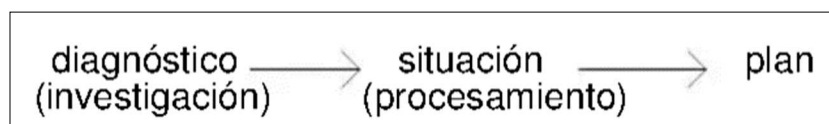
Assim, com relação à realidade o planejamento tradicional parte de um diagnóstico para o desenvolvimento de um plano de ação. Os passos nesse planejamento são objetivos, pautados na ciência positivista, rigorosos e visam a mudança da realidade. No entanto, na prática, esses planos nem sempre tem sucesso, pois tem que lidar com diferentes atores, que integram o jogo social, mas foram desconsiderados no processo de diagnóstico. Enquanto o planejamento tradicional reconhece um ator (o governo), e negligência os demais, tratando o espaço como se fosse vazio; no PES se reconhece o jogo social e as diferentes visões de mundo, que refletem tanto suas subjetividades quanto às assimetrias de poder entre os atores. Destarte, “Não se pode ser objetivo quando se ignora as subjetividades. Não se pode ser rigoroso quando se ignora algo que a realidade torna evidente” (MATUS, 2006, p. 34).

Dentro do PES, conhecer e analisar os atores é importante para prever as possíveis jogadas. Para isso dois passos são necessários: (1) conhecer a posição que cada autor assume no jogo como, por exemplo, sua motivação/interesse; (2) compreender como cada ator reage em determinada situação. É o conceito de “situacional” que obriga especificar os atores e suas posições no jogo social, bem como a interpretação que cada um tem da realidade, pois seu posicionamento frente ao plano parte da posição que ocupa. Nas palavras de Matus:

[...] **conceito de situação** e de **explicação situacional**. A apreciação situacional de cada jogador é o motivo e o motor de sua ação. O conceito de diagnóstico, porém, apega-se a uma explicação única supostamente objetiva, e, muitas vezes, sem autor reconhecível porque, em vez de diferenciar as explicações dos diversos jogadores, combina-as, ou confunde-as numa só explicação genérica que não representa ninguém em particular, salvo, às vezes, uma técnica de planejamento que não participa da mesa do jogo social, nem a ela tem acesso seus conselhos (MATUS, 1991, p. 33, grifo do autor).

Conforme se observa na figura 4, o fato de se propor uma explicação situacional não quer dizer que o diagnóstico é desnecessário, um diagnóstico técnico tem seu valor, mas o planejamento não termina com a construção do plano, pois as dinâmicas que se manifestam concomitantemente em determinado tempo e espaço, bem como os diferentes atores, com seus interesses, vão interferir no projeto. “Um bom diagnóstico é uma investigação sobre a realidade que fornece uma teoria explicativa e evidências de que é consistente com o que observamos” (MATUS, 2006, p. 38).

**Figura 4:** Relação estabelecida no método PES



**Fonte:** (MATUS, 2006, p. 38).

O segundo o **Momento Normativo** se busca a explicação dos fundamentos do delineamento das propostas de ações e operações necessárias para superar os problemas apontados. É o momento em que de fato se faz a

aposta, já que se busca uma espécie de “cálculo aproximado” dos resultados futuros das decisões tomadas no presente. É o momento em que se constrói cenários otimistas e pessimistas, e as ações para cada um (MATUS, 2006).

O mapeamento de problemas é uma questão muito importante, visto que o método se volta para sua solução através de formulações que buscam entender a raiz desses problemas e enfrentá-los de forma efetiva, cada problema é tido como uma oportunidade para aprender enfrentá-lo e se aparecer situações parecidas no futuro, agir de forma mais eficaz (MATUS, 2006).

O apontamento de problemas envolve quatro processos: (1) explicitar como nasce e se desenvolve o problema; (2) planejar formas de atacar o que os causam; (3) analisar a viabilidade política do plano proposto; (4) atacar de fato o problema. Os problemas diferem, portanto, é imperativo compreender sua natureza, isso se consegue a partir da construção de um Vetor de Descrição do Problema (VDP), ele está ligado ao ator que denuncia o problema, pois o que é problema para um pode ter sido causado por outro, ou não ser uma questão de importância para outros. A partir da construção desse vetor é possível inclusive monitorar o problema e ver se de fato as intervenções estão surtindo efeito (MATUS, 2006). Na figura 5 é possível observar como cada ator analisa um problema no VDP.

**Figura 5:** Representação VDP

Vejamos um exemplo: “Abastecimento insuficiente de água potável no bairro de *Los Naranjos*.” Neste caso, o VDP do problema pode ser:

d1 = a população recebe água 5 dias por semana durante 8 horas  
 d2 = não há abastecimento de água dois dias por semana  
 d3 = d1 d2

O último descritor, d3, indica as tendências de agravamento dos descritores d1 e d2.

A população de *Los Naranjos* e seu prefeito perde este jogo para o Governo Central com o marcador: VDP = (d1 d2 d3)

**Fonte:** (MATUS, 2006, p. 41).

Ainda com relação à definição do problema, lida (1993) considera que todo problema social é em simultâneo, situacional, para o autor:

Todo problema social é de natureza situacional, ou seja, depende de quem o considere como sendo um problema. O que é problema para um, pode ser uma oportunidade para outro. Por exemplo, o narcotráfico é um grande problema para a polícia, mas um negócio lucrativo para os traficantes. Para estes o problema é justamente a polícia. Portanto, no PES, o ator que declara o problema deve ficar bem definido (IIDA, 1993, p. 118).

Quando se volta para solução de problemas Matus pede para que planejador esteja atento ao “intercâmbio de problemas”, tendo em vista que cada ação vai ter impactos negativos e positivos, então é importante resolver esses problemas sem causar grandes impactos, pois a solução que causa um ambiente

favorável para um ator pode criar muitos problemas para outros, este é o desafio da governabilidade, o progresso é conflituoso (MATUS, 2006).

A partir daqui, inicia o terceiro o **Momento estratégico**, no qual se analisa a viabilidade política do plano, considerando os atores que podem ser oponentes e/ou aliados, dependo de seus interesses e visão da realidade. É importante conhecer o conceito de estratégia, para ele, há quatro possibilidades de entendê-lo: (1) o necessário para realização de um objetivo; (2) Estratégia ligada ao jogo esportivo, relacionada às estratégias para vencer; (3) Ligado a teoria econômica, relacionada ao cálculo dos movimentos e sua enumeração; (4) se relaciona ao jogo social, que se insere a teoria política, da guerra, entre outros. Para o PES considera-se necessário entendê-la de duas formas: aquilo que é importante fazer para chegar ao objetivo e como obter colaboração, vencer a resistência, enfim, mais ligada ao jogo social (MATUS, 2006).

É possível dizer que determinado ator tem governabilidade quando este controla os recursos necessários para realizar as jogadas, caso contrário só lhe restará demandar junto a quem possui a governabilidade e caso quem a possua seja de oposição, lhe restará denunciá-lo. Nesse sentido, é importante ressaltar conforme lembra Gonçalves (2005) o PES aparece como uma ferramenta de grande valia tanto para o dirigente político do governo quanto da oposição (MATUS, 2006).

Outro conceito importante do método PES são as operações, necessárias para a solução dos problemas. A operação é sinônimo da ação para mudar a realidade, são como jogadas e a realidade só muda quando elas têm êxitos. Essas operações se dividem em OK e OP. As OP se relacionam diretamente com o problema, já as OK são as que viabilizam a efetividade das primeiras, por exemplo, se estamos doentes e necessitamos tomar um medicamento muito amargo, ele pode ser lido com uma operação OP, quando o farmacêutico encapsula o medicamento para que não sintamos o sabor essa capa é a operação OK (MATUS, 2006).

A operação OP pode ter diferentes significados para os atores, por exemplo, a Reforma Agrária pode ser lida com uma operação OP já que para o camponês que precisa de terra ela tem muito valor e consequentemente receberá seu apoio, já para o latifundiário, também haverá interesse, mas com o intuito de rechaçar. Assim, a viabilidade dessas operações não está relacionada só com a motivação dos atores, mas com seu apoio, rechaço, indiferenças etc.

Por fim, há o quarto momento **Tático-Operacional**, no qual basicamente ocorre a ação, com constantes adaptações às circunstâncias e alterações nas operações, mapeamento de atores, problemas, etc.

A proposta do planejamento estratégico situacional de Matus apresenta uma relação intrínseca com a metodologia IAP de Fals Borda, ao inserir os atores sociais e os diferentes saberes no processo de pensar e executar a intervenção no território visando atingir transformações positivas para sociedade.

A defesa de um planejamento e gestão urbanos autonomistas caminha na direção tanto de Fals Borba como de Matus, já que a proposta de Souza (2006a;2006b) tem como foco a participação social e o conhecimento popular, ao promulgar que “[...] a experiência prática cotidiana e o “saber local” dos cidadãos deverão ter livre expressão e ser incorporados à análise e ao desenho da intervenção planejadora” (SOUZA, 2006b, p.69). Além disso, a convergência com os autores citados anteriormente, ocorre na questão da refutação do saber técnico, que subjuga o dos cidadãos que vivenciam o espaço, nas palavras do autor cabe “[...] desmistificar o planejamento e a gestão, tirando-os de seu pedestal e questionando os privilégios exagerados e o autoritarismo que giram em torno do discurso competente a propósito desse campo” (SOUZA, 2006b, p.118).

Visto que o papel do técnico é atuar como mediador entre os saberes (popular e técnico) é necessário contribuir e esclarecer à sociedade questões técnicas que envolve o conhecimento científico e as prerrogativas das leis na intervenção no território e dessa forma, atingir um planejamento voltado para cidade inclusiva, pois se trata de praticar uma “pedagogia urbana”, pelo envolvimento e diálogo entre os saberes, visando o estímulo à participação da sociedade e soma de conhecimentos. Ao se entender que a “pedagogia urbana” “[...] corresponde à necessidade de criar uma dinâmica coletiva na cidade, pautada na tentativa de eliminar a imposição técnica vinculada ao poder governamental e construir um conhecimento comum da cidade para atingir um projeto coletivo” (ANTONELLO, 2017, p.137).

Nesse sentido Souza (2006b, p.176) ao introduzir a sua concepção de planejamento e gestão urbanos parte da seguinte pergunta: “*quem* planeja (ou gere), *o quê* e como?” O autor contrapõe a resposta comumente aceita de que seria o Estado e afirma que quem planeja deveria ser a sociedade via a participação, de forma autêntica, ou seja, caminhar a passos largos para autogestão para deixar no horizonte a pseudoparticipação<sup>5</sup>. A segunda parte da pergunta: “o que se planeja?” A resposta do autor é que no pressuposto autonomista e nas demais abordagens de planejamento crítico, o planejador tem que ter em mente que planejar e gerir uma cidade, não é apenas se ater aos aspectos físicos- territoriais (infraestrutura técnica, mobiliário urbano, etc.), mas planejar e gerir relações sociais.

Contudo, para se atingir as prerrogativas de um planejamento autonomista é necessária uma sociedade autônoma, que possa tomar as decisões sem a tutela do Estado e/ou do saber competente, para esse projeto de sociedade Souza (2006a, 2006b) tem como inspiração o pensamento do filósofo Cornelius Castoriadis, particularmente, as ideias político-filosóficas castoridiana sobre a defesa de uma refundação da democracia, na luta pela concretização de um projeto de autonomia societal. Para tal projeto Castoriadis considerava que autonomia, apresenta dois sentidos conectados, a saber a) Autonomia Coletiva: se insere na concepção de um *autogoverno de uma coletividade*, que possa instituir um conjunto de condições materiais (como, por exemplo, acesso a informações, etc.) para proporcionar igualdade de oportunidades de participação em processos decisórios sobre a coletividade; b)

---

<sup>5</sup> Souza (2006b, p.207) trabalha uma escala de avaliação de participação, a qual parte da não-participação à participação autêntica.

Autonomia Individual: vincula-se a questões individuais e psicológicas, além dos aspectos políticos e materiais, que criar as condições de emergir indivíduos lúcidos e em contraposição as tutelas políticas. Em síntese uma sociedade autônoma é expressão de uma sociedade: “[...] na qual a separação institucionalizada entre dirigentes e dirigidos foi abolida, com isso dando-se a oportunidade de surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e aninada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes” (SOUZA, 2006b, p.175).

Com base nesses princípios o planejamento autonomista se diferencia de outras abordagens de planejamento, para demonstrar a oposição entre as diferentes concepções de planejamento desenvolvidas ao longo do tempo-espaço, Souza (2006b) desenvolve uma metodologia de análise para investigá-las, isso se dá mediante a elaboração de uma tipologia que envolve as abordagens. Para o autor é uma classificação *a posteriori*, pois os critérios de identificação são definidos após uma análise da realidade, em um total de oito critérios, sendo eles: 1) Ideia-força central; 2) Filiação estética; 3) Escopo; 4) Grau de interdisciplinaridade; 5) Permeabilidade em face da realidade; 6) Grau de abertura para com a participação popular; 7) Atitude em face do mercado; 8) Referencial político-filosófico. Para a presente reflexão selecionou a abordagem denominada de **Planejamento Físico Territorial** e a proposta do autor **Planejamento e Gestão Urbanos Autonomista** (Quadro 2), com o intuito de apresentar, com base nos critérios elaborados por Souza, a contraposição entre ambas.

Fica evidente ao se observar as características centrais das abordagens que a concepção de planejamento e gestão urbanos se volta para o espaço social e que se distancie da visão tradicional de planejamento. Nesse sentido, se percebe a mesma preocupação de Matus (2006) ao se opor a visão positivista de planejamento, que sustenta a abordagem Físico – Territorial (Quadro 2). Essa concepção traz a visão que o planejamento urbano deve pensar e produzir a cidade ideal. Sendo que a cidade ideal, é a projetada no espaço físico, pautada na racionalização do uso da terra e no traçado urbanístico da malha urbana, sem uma preocupação como o social. Pois, é um planejamento de base modernista, tecnocrático, ou seja, feito por técnicos, que assumem a arrogância do saber compete, considerando a participação popular desnecessária, sobressaindo as ideias Le Corbusier da cidade funcionalista, representante máximo do urbanismo modernista.

**Quadro 2:** Contraposição entre abordagens de Planejamento urbano.

<b>Crítérios</b>	<b>Planejamento físico territorial</b>	<b>Planejamento e gestão urbanos autonomista</b>
<b>Ideia força</b>	modernização da cidade	autonomia individual e coletiva
<b>Filiação estética</b>	o modernismo	princípios de autonomia
<b>Escopo</b>	somente organização espacial	não estritamente físico-territorial
<b>Grau de interdisciplinaridade</b>	de pequeno a média.	muito grande
<b>Permeabilidade em face da realidade</b>	apriorística à semi-apriorística	radicalmente reconstrutivista



<b>Grau de abertura para a participação</b>	pseudoparticipação.	participação nos processos decisórios
<b>Atitude em face do mercado</b>	criticismo moderado	altamente crítica
<b>Referencial político-filosófico</b>	estado forte intervencionista	sociedade autônoma

**Fonte:** (SOUZA, 2006b); **Organizado por:** Os autores.

Pode-se afirmar que a essência da proposta de um planejamento e gestão urbanos autonomistas se encontra na transformação tanto da atuação do pesquisador/planejador como da sociedade na busca da concretização de uma utopia — a do direito à cidade, o qual se ampara na concepção de desenvolvimento socioespacial defendida por Souza (2006b), seguindo os princípios castoridiano, visto que o desenvolvimento urbano tem como estrutura os parâmetros: subordinador e subordinado. O parâmetro subordinador está vinculado à autonomia individual e coletiva, e os parâmetros subordinados (a ele) são voltados à justiça social e à qualidade de vida. Por conseguinte, o objetivo que centraliza o planejamento e gestão urbanos é o desenvolvimento urbano que segundo o autor deriva dos dois objetivos atrelados aos parâmetros subordinados — a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social, mas subordinados à autonomia.

Para a efetivação da sua proposta de planejamento e gestão urbanos, Souza (2006b) considera a necessidade de repensar a organização espacial utilizada na elaboração de políticas públicas, no caso de desenvolvimento urbano, como uma estratégia para fomentar a descentralização territorial e setorial do poder, ressaltando que sua legitimidade tem que estar relacionada à coletividade, na luta de se atingir uma sociedade autônoma, portanto, uma sociedade autogestionária. Essa sociedade tem que estar no horizonte dos pesquisadores/planejadores, os quais tem que se utilizar de mecanismos para promover e viabilizar da participação popular, como, por exemplo: a descentralização territorial, uso de recursos das tecnologias de comunicação e informação, bem como a pedagogia urbana. Todavia o horizonte não como miragem, mas como luz que resplandece da utopia que: “Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”, e que esse andar seja trilhado com população na defesa da transformação das cidades de excludentes para includentes.

## O MÉTODO TERRITÓRII DE HORÁCIO BOZZANO

O último método apresentado é a *Territorii*, concebido na Argentina e que vem sendo aplicada por um grupo multidisciplinar de pesquisadores que atuam principalmente no município de La Plata. Bozzano (2009) afirma que a categoria território assume centralidade neste método, isto porque nesta abstração do espaço sua produção resulta de um processo histórico e social, constituindo-o em uma dimensão polissêmica, complexa e com vasto alcance.

Quem apresenta a perspectiva *Territorii* é Horácio Bozzano (2020), para ele se trata basicamente de uma alternativa para o planejamento e gestão do território a partir de uma postura flexível e integrada de modo a transformar o espaço com inteligência e justiça social, sem deixar de lado o envolvimento de

diferentes atores sociais (comunitários, políticos, econômicos, técnico-científicos, entre outros).

Bozzano (2009) deixa claro que o Territorii não é uma metodologia, mas um método por ser uma abordagem complexa e ampla, com múltiplos aspectos que balizam e orientam o pesquisador no processo de construção do conhecimento, combinando a racionalidade, ao definir passos, organização do processo e coerência interna, além da criatividade, ao valorizar as habilidades de resolução de problemas. Assim, a abordagem Territorii constitui um método que envolve a investigação científica social atrelado a intervenção para produção de um novo conhecimento, a partir do produto entre a teoria e o empírico, é um método rigoroso que se apoia na Teoria Social Crítica.

Bozzano (2009) assevera que o método Territorii é eminentemente geográfico, mas pode (e deve) ser aplicado em outros contextos, sobretudo interdisciplinares, como projetos relacionados à questão ambiental, social, cultural, político, turística, educacional, sanitária, entre outros. Sendo geográfico e por privilegiar a categoria território, em alguns casos é necessário correlacioná-lo a outros métodos e ferramentas, próprios de outras áreas do conhecimento. Assim, se observa incentivo ao pluralismo de técnicas metodológicas.

O método *Territorii* é constituído por um *corpus* teórico e metodológico, que mune os pesquisadores de ferramentas para empreender diagnósticos socioterritoriais de forma eficiente, por conta disso, constituiu um dos métodos científicos mais utilizados nos estudos da *Red Científica Latinoamericana Territorios Posibles* (FERRARI; BOZZANO, 2016).

A leitura dos pressupostos desta metodologia permite reconhecer inspiração de autores como Henri Lefebvre e seu método regressivo — progressivo, no entanto, mais variáveis que se manifestam no território foram incluídas de modo a apreender a complexidade inerente à realidade latino-Americana. Isso fica claro quando Bozzano (2020) define os dois passos pelo qual se deve partir para aplicar o método territorii, sendo eles:

1. O (re)conhecimento das nove dimensões territoriais: (A) territórios reais, (B) vividos, (C) passados, (D) legais, (E) pensados, (F) possíveis, (G) consertados, (H) inteligentes e (I) justos. Vale pontuar que novas dimensões podem ser incluídas, o método está, portanto, em constante reformulação já que em textos como o publicado pela professora Ferrari e Bozzano (2016) os chamados "*territórios justos*" ainda não haviam sido contemplados.
2. O desenvolvimento de um espaço de formação participativa junto à comunidade, empresas e demais instituições, para se poder conceber, formular e concretizar projetos (BOZZANO, 2020). A participação da população é importante para compreenderem e participem deste processo empoderador, para que possam transformar seus territórios (sendo em boa parte ambientes frágeis e vulneráveis) em lugares mais dignos, via micro transformações e atos de cooperação entre cidadãos, organizações, instituições, corpo técnico-científico, entre outros) (FERRARI; BOZZANO, 2016).

Quanto a cada uma das dimensões territoriais abordadas:

**A.** Os **territórios reais** são aqueles que passam por um processo de diagnóstico, onde as realidades reconhecidas à primeira vista são descritas,

nele se considera aspectos passíveis de serem quantificados, qualificados e/ou descritos como: uso do solo, relevo, população, infraestruturas, hidrografia, entre outros. Nos territórios reais se busca respostas para perguntas como "quais componentes analíticos integram o território?" "Quais variáveis referentes ao território, aos lugares, a cidade, a região, entre outros, nos permitem compreender o recorte espacial eleito para análise?" (BOZZANO, 2009; 2020).

**B.** Os **territórios passados** se referem a dimensão histórica do território que sofreu alterações oriundas de fenômenos sociais e humanos ao longo do tempo, envolvendo tanto processos positivos quanto negativos, o mapeamento desses eventos e de suas repercussões são importantes para projetar com inteligência o território que se almeja no futuro (BOZZANO, 2020).

**C.** Os **territórios vividos** evocam a dimensão perceptiva da população participante, envolve aspectos como o sensorial, intuitivo, emocional, simbólico, artístico entre outros. Os moradores do território em foco exprimem suas necessidades, problemas, interesses e expectativas a partir das experiências com aquele espaço. Tendo como base questões individuais, quanto maior e mais população é o território, maior serão as experiências mapeadas (BOZZANO, 2020).

**D.** Os **territórios legais** têm relação com questões ligadas às legislações vigentes que regulam o uso e ocupação do solo no município, estado ou país, nesta dimensão se pode abordar, por exemplo, o impacto das políticas públicas (BOZZANO, 2020).

**E.** Os **territórios pensados** exigem uma preocupação com a seleção da concepção teórica e os conceitos operacionais com que se está trabalhando, pois, nesta dimensão do método adentramos em uma instância explicativa e interpretativa de modo a compreendermos as lógicas vigentes deste recorte espacial de modo a alcançar uma síntese deste território (BOZZANO, 2020).

**F.** Quanto aos **territórios possíveis**, eles estão em uma instância proposicional, referem-se aos territórios que se almeja no futuro, que corresponde a elaboração da intervenção território mediante o planejamento, após a análise das outras dimensões (real, vivido, passado, legal) se chega aos elementos que nos permite planejar o território do futuro de acordo com necessidades e recursos que se dispõe (BOZZANO, 2020).

As proposições não devem partir de uma lógica tecnocrata, é preciso que as comunidades, políticos, atores econômicos locais, cientistas, entre outros atores sociais que integram este território, tenham voz nas tomadas de decisões, já que as transformações repercutirão na vida de todos (BOZZANO, 2020).

**G.** Os **territórios consertados** nos desafia na instância inteligente, visto que em todas as dimensões se encontram, conflitos, contradições, solidariedades, cooperações, entre outros, tudo de forma simultânea, isso torna a construção desses territórios difícil, mas não impossível, para isso é preciso ampliar o olhar, não se restringindo a esfera econômica, política e dos meios de comunicação, mas abarcando também as praxias das comunidades mais vulneráveis e comumente negligenciadas (BOZZANO, 2020), na perspectiva do planejamento tecnocrata esses territórios são projetados em gabinete, no entanto:

En Territorii en cambio, los territorios proyectados son aquellos concertados en programas o grupos de trabajo y de acción y en agendas científicas participativas u otras agendas de transformación en un mundo sobrio, multicultural y biodiverso, donde subyace una transición socio-ecológica particular a cada continente o cada macro-región. Llegar a concertar un territorio es un “trabajo de hormigas” y también, una tarea ciclópea (BOZZANO, 2020, p. 468).

**H.** Os **territórios inteligentes** constituem na transformação, mas não a qualquer custo, a transformação deve reduzir o desperdício, a corrupção e descentralizar os poderes. Essa transformação implica também mudança na postura dos atores envolvidos, com um olhar para além do consumismo, materialismo e individualismo (BOZZANO, 2020).

**I.** De acordo com Bozzano (2020) os **territórios justos** são aqueles que se observa a realização de ações, iniciativas, empreendimentos, programas, entre outros, com o intuito de trazer transformações, nem que seja em escala micro nas dimensões subjetivas, sociais e ambientais.

A aplicação do método pode ocorrer a partir de diferentes técnicas de pesquisa, dentre as apresentadas está o contato direto com a comunidade. A partir do desenvolvimento de oficinas, nas quais as pessoas são convidadas a participar voluntariamente. A atividade se inicia com o mapeamento de questões referentes às identidades, necessidades e sonhos, ou seja, o território que se almeja no futuro e que pode ser alcançado via planejamento (FERRARI; BOZZANO, 2016).

Após um processo contínuo de conversas com a comunidade o planejamento se materializa, no entanto, seu plano recebe o nome de "territórios possíveis", onde não só se documenta aquilo que se almeja, mas a possibilidade para que esses projetos se concretizem (FERRARI; BOZZANO, 2016).

O texto de Ferrari e Bozzano (2016) nos permite compreender que a intervenção via método *territorii* visa a transformação não só em âmbito concreto, aquele passível de ser quantificado e, mas em outros âmbitos como a valorização das identidades das comunidades, as transformações subjetivas, a valorização do saber popular dessas comunidades, as transformações sociais que se manifestam em atitudes de solidariedade e cooperação, entre outros. É a preocupação com essas dimensões que dá a esse método uma característica integradora do território.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*O que nos interessa discutir é, então, o território usado, sinônimo de espaço geográfico. E essa categoria, território usado, aponta para a necessidade de um esforço destinado a analisar sistematicamente a constituição do território. Como se trata de uma proposta totalmente empirizável, segue-se daí o enriquecimento da teoria (SANTOS; SILVEIRA, 2008, p. 20).*

Iniciar as considerações finais com essa citação é relevante, pois quando pensamos no território devemos lembrar que ele não é vazio, mas usado por pessoas localizadas em diferentes camadas sociais, com interesses antagônicos e conflituosos, cujo as relações sociais de poder entre eles vão metamorfosear

o território ao longo do tempo. Nesse cenário, sendo o espaço, objeto do planejamento, constituído por diferentes pessoas, é importante que a maior parte seja socialmente representada nos espaços de decisão, dando ao planejamento um caráter democrático.

Fals Borda, Carlos Matus, Marcelo Lopes de Souza e Horácio Bozzano nos desafiam a pensar o território sem perder de vista a valorização do povo e, em simultâneo, nos dá munição para isso, transportando suas ideias para o planejamento participativo entendemos que o chamado “direito à cidade” só será de fato conquistado quando as pessoas se emanciparem e se conscientizarem do seu papel na sociedade, e buscar formas para que isso se efetive é papel dos profissionais envolvidos nos processos de planejamento e gestão.

Com base no que foi discutido fica nítida a preocupação dos referidos autores com a participação popular, cada um propõe diferentes caminhos que não se anulam, mas se complementam. Conhecer as abordagens teórico-metodológicas passíveis de serem aplicadas em estratégias de planejamento e gestão democráticas do território, sobretudo as construídas a partir da realidade latino-americana, é importante para mostrarmos com respaldo científico que é possível superar abordagens tecnocratas e acreditar em uma utopia concreta de transformação socioterritorial via a participação ativa da sociedade na elaboração e monitoramento das políticas públicas.

Observou-se que o trabalho de base, junto a população local, ouvindo suas demandas e dando vez e voz nos espaços de decisão é fundamental para um planejamento e gestão eficientes já que é essa população que conhece melhor do que ninguém os problemas do espaço vivido, que precisam ser superados. A valorização da população e do conhecimento que ela traz consigo contribui para imbuir o sentimento de pertencimento desta população como seu espaço, assim podem se reconhecer enquanto sujeitos transformadores do seu espaço vivido em prol da luta do direito à cidade para sociedade na sua totalidade.

## REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I.T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 239-254, 2013.

BOZZANO, H. El Método Territorii y algunos de sus resultados. In: BOZZANO, H; CANAVARI, T. (Organização). **Transformar diálogos de saberes en diálogos de haceres: Ciencia, comunidad y políticas públicas**. La Plata: Edulp, 2020, p.464-493.

BOZZANO. H. Territorios: El método territorio. Una mirada territorial a proyectos e investigaciones no siempre territoriales. In: 8º International Conference of Territorial Intelligence, 8, 2009, Salerno, **Anais...** Salerno: ENTI: 2009.

BOZZANO. H; DECASTELLI, O. Ambiente, comunidad, empresas y Estado ¿Cuándo será el tiempo de una ciencia interdisciplinaria más útil en esta cuádruple articulación? Casp en el PIO UNLP-CONICET. In: BOZZANO, H;

CANAVARI, T. (Organização). **Transformar diálogos de saberes em diálogos de fazeres: Ciência, comunidade y políticas públicas**. La Plata: Edulp, 2020, p. 440-463.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul Editores, 1981. p. 19-47.

FALS, BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: CLACSO, 2015.

FERRARI, M.P; BOZZANO, H. Aplicación del método Territorii en dos asentamientos espontáneos de Puerto Madryn, Argentina. **Papeles de Geografía**, v. 62, p. 137-151, 2016.

GONÇALVES, R.G. **Modelos emergentes de planejamento: Elaboração e difusão**. Um estudo do Planejamento Estratégico Situacional. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

IIDA, I. Planejamento estratégico situacional. **Produção**, v. 3, n.2, p. 113-125, 1993.

MATUS, C. O plano como aposta. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 5, n.4, p. 28-42, 1991.

MATUS, C. **Planificar para gobernar: El método PES**. San Justo: Universidad Nacional La Matanza, 2006.

MOTA NETO, J.C. Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. **Folios**, n. 18, p. 3-13, 2018.

SANTOS, M; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SOUZA, M. L. de. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

SOUZA, M.L. de. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbana**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006b.

UNIVERSIDAD PEDAGÓGICA NACIONAL. **Orlando Fals Borda: Investigación acción participativa**. 21 ago. 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=op6qVGOGinU>>. Acessado em: 26 nov. 2021.